

Pegada de carbono: cálculo estratégico para o ingresso no mercado global de sustentabilidade (1)

Alessandra Gaspar (2)

O Brasil possui potencial de mais de 80 bilhões em uma área inédita, que pode ainda contribuir para uma maior sustentabilidade do planeta e aumento da competitividade industrial. Este será um dos temas principais da Conferência do Clima (COP 26), que reunirá mais de 190 países no fim deste mês, em Glasgow, na Escócia, e que debaterá a regulamentação da chamada Pegada de Carbono e sua aplicabilidade prática nos países.

Por esta razão, conhecer na prática como calcular a Pegada de Carbono – metodologia que nasceu para medir a emissão de gases de efeito estufa (GEE) de um indivíduo, evento, organização ou produto – de uma indústria passa a ser crucial para entender qual será o impacto em no negócio e permitir que a organização ingresse em um mercado que movimentará mais de 160 bilhões em todo o mundo a partir de 2030.

Indispensável para o setor industrial o cálculo detalhado da emissão de gases de efeito estufa, além de construir uma consciência socioambiental, traz para a empresa uma maior credibilidade no setor e possibilidade que se prepare para o mercado de Crédito de Carbono. Referências internacionais para o trabalho nesta área, as medidas internacionais *Greenhouse Gas Protocol* (GHG Protocol) e ISO 14064 são os caminhos iniciais para um cálculo assertivo da Pegada de Carbono, criando uma base sólida para estabelecer estratégias que reduzam ou neutralizem emissões de GEE.

A norma ISO 14064 fornece diretrizes para que as empresas calculem, tenham conhecimento e relatem suas emissões de GEE, identificando possíveis reduções e oportunidades de participação no mercado de Crédito de Carbono. Já o *Greenhouse Gas Protocol* estabelece estruturas padronizadas globais para gerenciamento e medição de gases de efeito estufa (GEE), com aplicação em setores públicos e privados, cadeias de valor e ações de neutralização e/ou redução.

Com o cálculo da Pegada de Carbono é possível traçar uma estratégia viável para redução e neutralização – como o uso de energias alternativas e plantio de árvores, por exemplo. Cada tonelada de redução de emissão de GEE é convertida em um certificado para a empresa ou país, chamado Crédito de Carbono. A ideia de comercialização internacional consiste em quando um país ou indústria não atingir as metas de redução de GEE, poder comprar esses créditos de quem os possui em abundância. As regulamentações para esse mercado estarão no centro das discussões da Conferência do Clima (COP 26).

As emissões de gases de efeito estufa em grande quantidade prejudicam o meio ambiente e influenciam diretamente no aquecimento global, pois esses gases são responsáveis por reter o calor na Terra. No Brasil, segundo dados do Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG), a região com maior emissão de GEE é a Norte, e a mudança no uso da terra e das florestas, que geram o desmatamento, é o setor que mais despeja gases nocivos ao ambiente.

O Acordo de Paris, da área Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (CQNUMC), que une mais de 190 países, incluindo o Brasil, em busca da diminuição de emissão de GEE estabeleceu em 2020, a meta de assegurar que o aumento da temperatura

média da Terra fique abaixo de 2° até 2030, motivo pelo qual o cálculo detalhado da Pegada de Carbono da indústria e o comprometimento com a redução das emissões de GEE são agendas cruciais para o cumprimento deste objetivo.

- (1) Artigo publicado no Estadão. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/pegada-de-carbono-calculo-estrategico-para-o-ingresso-no-mercado-global-de-sustentabilidade/>. Acesso em 26 de outubro de 2021.
- (2) *Alessandra Gaspar é presidente da APCER Brasil.*